

GADOTTI, Moacir. “Prefácio”. In: ARAPIRACA, José Oliveira. *Usaid e a Educação Brasileira*. São Paulo: Editora Cortez, Editora Autores Associados, 1982.

Prefácio

Nos últimos anos tornaram-se constantes as críticas ao sistema educacional brasileiro feitas, de um lado, pelos próprios educadores, suas associações e sindicatos e, de outro lado, por responsáveis do próprio governo. O Ministro Eduardo portela advertia que estava à frente do MEC no “pior momento da educação brasileira”. Carecem, entretanto, estudos que mostrem, com clareza e fundamentação, as causas do mau funcionamento do sistema.

O estudo de José Oliveira Arapiraca consegue identificar essas causas, mostrando as contradições existentes no sistema, fruto da imposição de uma política educacional que teve suas origens nos acordos firmados entre o governo brasileiro e a USAID (Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Educacional).

Desde 1996, quando o público tomou conhecimento, estudantes e educadores denunciaram esses acordos como uma tentativa de dominação cultural, impondo ao país modelos educacionais que haviam sido utilizados nos Estados Unidos antes da década de 20, como demonstrou o professor da Universidade de Stanford, Martin Carnoy, em sua obra *Education as Cultural Imperialism*.

Com a assinatura dos acordos inaugura-se um novo estilo de fazer política educacional no país. Como o Sr. Roberto Campos entrega a elaboração do orçamento nacional a técnicos americanos, o Ministro da Educação entrega a reformulação da política educacional brasileira a técnicos americanos. Não se trata apenas de acordos de “cooperação técnica”, mas de um verdadeiro planejamento ideológico.

José Oliveira Arapiraca mostra o contexto mais geral dessa intervenção que é o contexto econômico: o pretexto da “assistência técnica” servia para camuflar o real interesse que era atrelar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico: o pretexto da “assistência técnica” servia para camuflar o real interesse que era atrelar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento dependente, imposto pela política econômica americana para a América Latina.

O objetivo político de inculcação dos ideais (ideologia) americanos, como a livre-iniciativa, o culto da propriedade privada, o anticomunismo, deveria servir ao objetivo econômico que consistia em garantir o mercado para as empresas americanas e a livre expansão interna do capitalismo. A universalização do mercado, exigência do capitalismo monopolista, supõe a transformação de todos os bens em mercadoria, inclusive a educação que passa a ser fundação do

capital, sujeita à lei de oferta e da procura. O sistema escolar forma “recursos humanos” para a indústria e a universidade torna-se, ela própria, uma indústria.

A intervenção norte-americana no Brasil é anterior ao regime militar instaurado com o golpe militar de 1964. A partir desta data, porém, houve um fortalecimento dessa intervenção na medida em que a conquista do estado pela burguesia nacional se deu sob a égide do capitalismo internacional.

Os acordos entre o MEC e a USAID são, de um lado, o resultado dessa aliança de classe e, por outro lado, representam também uma reação ao crescimento dos movimentos de libertação dos países norte-americanos.

Predomina, na nova ideologia imposta, uma visão tecnicista. Sob o pretexto de “formar técnicos para o desenvolvimento”, formam-se trabalhadores com uma visão técnica fragmentada, mutilada, sem cultural geral, meros executores de tarefas, incapazes de pensar a finalidade de seu trabalho e se sua inserção na história.

A resistência até 1970 foi muito grande e conseguiu frustrar muitos dos objetivos imperialistas. Desde então, já solidificada a nova política educacional através da legislação escolar, outorgada sem a participação efetiva dos educadores brasileiros, a estratégia mudou sensivelmente. Em vez de enviarem técnicos americanos para o Brasil, técnicos brasileiros nas cúpulas das universidades e da rede oficial sem ensino, influenciando decisivamente na formação dos dirigentes do sistema educacional brasileiro. Centenas de jovens foram selecionados para esse fim, fortalecendo o grupo pró-americano na educação brasileira.

A mudança de estratégia não foi apenas nesse sentido. Atenção especial foi sendo dada à formação política através dos *mass media*, negociando a exibição de programas diretamente com os grupos hegemônicos da comunicação do Brasil, formando a opinião pública, sem atritos, sem censura. Depois de 1970 o Brasil implantou uma rede de comunicação só comparável àquela existente nos países industrializados. A televisão é imune às reclamações populares. Além de constituir-se na grande indústria de marketing, é o mais eficiente instrumento de lavagem cerebral de que pode dispor o capitalismo hoje no Brasil.

A informação diária oferecida pela televisão serve de instrumento de inculcação da ideologia da segurança nacional, alertando constantemente contra o “inimigo oculto”, as “ideologias alienígenas”, o fantasma do “comunismo internacional” tão frequentemente na palavra de nossos generais. É exaltado o “Brasil potência”, o Brasil sem conflitos sociais, enquanto “lá fora” predomina o terrorismo e a violência. Essa educação forma personalidades descomprometidas e resistentes à mudança social. Seu ideal educativo é o “homem cordial”, individualista, em harmonia com a sociedade.

A nova intervenção americana é “pacifista”: releva o caráter global da dominação, onde o

político e o econômico são partes complementares de uma mesma estratégia: o controle ideológico torna-se extensão da dominação econômica.

Por tudo isso, cada vez mais a alternativa pedagógica identifica-se com a alternativa política. A resposta ao imperialismo deverá ser global. É o que se pode concluir do trabalho de José Oliveira Arapiraca, que, ao mesmo tempo em que nos alerta sobre a presença do colonizador, hospedado no nosso sistema educacional, nos oferece precioso subsídio para buscar alternativas.

Moacir Gadotti

Campinas, fevereiro de 1982